



MUNICÍPIO DE
CANGUÇU

CAPITAL DA AGRICULTURA FAMILIAR

CONTRATO Nº 263/2023

PREGÃO ELETRÔNICO Nº 143/2022

Por este instrumento, de um lado, o **MUNICÍPIO DE CANGUÇU**, pessoa jurídica de direito público interno, com sede na Praça Francisco Carlos dos Santos nº 240, inscrito no **CNPJ** sob nº **88.861.430/0001-49**, neste ato representado pelo Prefeito Municipal **Sr. MARCUS VINÍCIUS MULLER PEGORARO**, brasileiro, solteiro, residente e domiciliado nesta cidade a Rua João de Deus Nunes nº 405, doravante denominada simplesmente de **CONTRATANTE** e de outro lado a empresa **JOÃO ARI NIZOLLI SWENSON - ME**, estabelecida à Av 21 de Abril, nº 830, na cidade de Canguçu/RS, inscrita no **CNPJ** sob o nº. **91.956.748/0001-18**, por seu representante legal, João Ari Nizolli Swenson, doravante denominada simplesmente de **CONTRATADA**, tem justo e acordado, celebrar o presente contrato, oriundo dos saldos remanescentes da **Ata de Registro de Preços nº 223/2022**, celebrada em 16/12/2022, conforme segue:

CLÁUSULA PRIMEIRA – OBJETO:

O objeto deste contrato é a contratação de empresa para a prestação dos serviços de desmontagem, montagem e conserto de pneus em veículos e maquinários da PMCGU, com os saldos remanescentes da **Ata de Registro de Preços nº 223/2022**, conforme segue:

Código	Descrição	Un	Quantidade	Nº Item	Lote	Valor unit.
62002	DESMONTAGEM, MONTAGEM E CONSERTO DE PNEU ARO 13, 14 E 15	un	10	1	2	37,32
62003	DESMONTAGEM E MONTAGEM DE PNEU ARO 13, 14 E 15	un	10	2	2	33,99

O valor total do objeto oriundo deste contrato será de **R\$ 713,10 (setecentos e treze reais e dez centavos)**.

CLÁUSULA SEGUNDA – DA VIGÊNCIA:

O presente contrato terá início em **14/12/2023**, vigorando pelo prazo de **12 meses**, podendo ser prorrogado por igual período, a critério da administração, devendo ser observado o artigo 40, XI da Lei 8666/1993, ficando fixado IPCA acumulado dos últimos 12 meses como índice.

CLÁUSULA TERCEIRA – DO PAGAMENTO:

3.1 – O pagamento será realizado no prazo de 30 (trinta) dias após a entrega e aceite definitivo dos serviços, mediante a entrega da nota fiscal discriminada conforme a nota de empenho onde deverá constar o número da conta, agência, banco correspondente ao CNPJ participante da referida licitação, não será aceito a emissão de boleto para o pagamento.

3.1.1. A forma de pagamento se dará mediante transferência bancária.

3.2 - A Nota Fiscal somente será liberada quando o cumprimento do Empenho estiver em total conformidade com as especificações exigidas pelo Município.

3.3 - Na eventualidade de aplicação de multas, estas deverão ser liquidadas simultaneamente com parcela vinculada ao evento cujo descumprimento der origem à aplicação da penalidade.

3.4 - As Notas Fiscais deverão ser emitidas em moeda corrente do país.

3.4.1 Juntamente com a Nota Fiscal, a contratada deverá apresentar o Certificado de regularidade do FGTS e CND do INSS e outros documentos que possam ser exigidos pela Municipalidade.

3.5 - O CNPJ da contratada constante da nota fiscal e fatura deverá ser o mesmo da documentação apresentada no procedimento licitatório.

3.6 - Nenhum pagamento será efetuado a contratada enquanto pendente de liquidação quaisquer obrigações financeiras que lhe foram impostas, em virtude de penalidade ou inadimplência, sem que isso gere direito ao pleito de reajustamento de preços ou correção monetária.

CLÁUSULA QUARTA - DA ENTREGA E DO RECEBIMENTO DO OBJETO

4.1. Os serviços deverão ser entregues em prazo não superior a 04 (quatro) horas, contados da hora da apresentação do pedido pela Prefeitura Municipal de Canguçu, e realizados nas instalações da empresa contratada, com todo material a ser utilizados, sendo fornecido exclusivamente pela prestadora do serviço.



4.2 Os serviços somente serão realizados mediante a apresentação de formulário com pedido da Administração em que conste a identificação da Secretaria e do Servidor que está solicitando o serviço (nome legível e assinatura), data da solicitação, nome e assinatura de quem autorizou o serviço, placa do veículo, descrição completa do pneu a ser consertado e justificativa para o serviço. O formulário referido deverá ser exigido pelo prestador para a realização dos serviços, sob pena de não reconhecimento da prestação pela Administração, ocasião em que não ocorrerá o pagamento;

4.3 A nota fiscal dos serviços deverá ser entregue no ato da entrega dos serviços, contendo o nº do empenho correspondente;

4.4 As despesas de transporte/entrega dos materiais serão de responsabilidade da contratada, não podendo ser cobrado qualquer valor do Município pelo serviço.

4.5 A contratada fornecerá o serviço de forma parcelada e mediante requisição das Secretarias, obedecendo o prazo e as condições estabelecidas para entrega;

4.6. O transporte de todo o material será de inteira responsabilidade da contratada.

4.7. A entrega será feita à Comissão de Recebimento no endereço indicado, a quem caberá conferi-lo e lavrar Termo de Recebimento Provisório, para efeito de posterior verificação da conformidade do mesmo com as exigências do edital.

4.8. Caso o serviço não esteja de acordo com as especificações exigidas, a Comissão não o aceitará e lavrará termo circunstanciado do fato, que deverá ser encaminhado à autoridade superior, sob pena de responsabilidade.

4.9. Na hipótese da não aceitação do produto por desconformidade com o edital, o mesmo deverá ser retirado pelo fornecedor no prazo de 3 (três) dias contados da notificação da não aceitação, para reposição no prazo máximo de 3 (três) dias.

4.11. A Secretaria terá o prazo máximo de 3 (três) dias úteis para processar a conferência do que foi entregue, lavrando o termo de recebimento definitivo ou notificando a contratada para substituição do produto entregue em desacordo com as especificações.

CLÁUSULA QUINTA – DAS OBRIGAÇÕES

5.1 – São obrigações do **MUNICÍPIO**:

a) Fiscalizar e acompanhar a entrega dos serviços se os mesmos atendem as especificações contidas no edital e seus anexos;

b) Efetuar o pagamento ajustado, à vista da nota fiscal, devidamente atestadas pelo setor competente.

5.2 - São obrigações da **CONTRATADA**:

a) Entregar os serviços de acordo com as especificações e demais condições contratualmente avençadas e, ainda, as constantes do edital de licitação;

b) Arcar com eventuais prejuízos causados ao Município e/ou a terceiros, provocados por ineficiência ou irregularidade cometida na execução do contrato;

c) Aceitar, nas mesmas condições elencadas neste edital, os acréscimos ou supressões que se fizerem nas aquisições, respeitados os limites legais, conforme dispõe o §1º, do artigo 65, da Lei 8.666/93;

d) Não possuir débitos em atraso junto ao Município de Canguçu;

CLÁUSULA SEXTA – DAS CONDIÇÕES DE FORNECIMENTO

6.1 – As aquisições decorrentes do presente contrato serão formalizadas pelo envio da Nota de Empenho à detentora.

6.2 - A contratada será obrigada a atender todos os pedidos efetuados durante a vigência desta Ata.

6.3 - Toda aquisição deverá ser efetuada mediante solicitação da unidade requisitante, a qual deverá ser feita através de Nota de Empenho.

6.4 - A contratada, quando do recebimento da Nota de Empenho, deverá colocar, na cópia que necessariamente a acompanhar, a data e hora em que a tiver recebido, além da identificação de quem procedeu ao recebimento.

6.5 - A cópia da Nota de Empenho, referida no item anterior deverá ser devolvida, a fim de ser anexada ao processo de administração da ata.

CLÁUSULA SÉTIMA – DO CANCELAMENTO DO CONTRATO

O Proponente poderá ter o seu contrato suspenso ou cancelado, por intermédio de processo administrativo específico, assegurado o contraditório e ampla defesa:



MUNICÍPIO DE
CANGUÇU

CAPITAL DA AGRICULTURA FAMILIAR

I - A pedido, quando comprovar, mediante solicitação expressa, estar impossibilitado de cumprir as exigências do instrumento convocatório.

II - Por iniciativa da Administração quando:

- a) o fornecedor não cumprir as exigências do instrumento convocatório que deu origem ao registro de preços, inclusive não realizando a entrega da mercadoria no prazo contratado;
- b) o fornecedor não formalizar contrato decorrente do registro de preços ou não tenha retirado o instrumento equivalente no prazo estabelecido, se a Administração não aceitar a sua justificativa;
- c) o fornecedor der causa a rescisão administrativa de contrato decorrente do registro de preços;
- d) em qualquer das hipóteses de inexecução total ou parcial do contrato ou instrumento equivalente decorrente do registro de preços;
- e) os preços registrados se apresentarem superiores aos praticados pelo mercado;
- f) por razões de interesse público devidamente fundamentadas.

Parágrafo primeiro. A comunicação do cancelamento ou da suspensão do preço registrado será realizada pessoalmente ou por correspondência com aviso de recebimento, juntando-se comprovante nos autos que deram origem ao registro de preço.

Parágrafo segundo. No caso de ser ignorado, incerto ou inacessível o lugar do fornecedor, a comunicação será realizada por publicação na imprensa oficial do Município, considerando-se cancelado ou suspenso o preço registrado a partir da publicação.

Parágrafo terceiro. A solicitação do fornecedor para cancelamento de preço registrado somente o eximirá da obrigação de contratar com a Administração, se apresentada com antecedência de 10 (dez) dias da data da convocação para firmar contrato de fornecimento pelos preços registrados, facultada à Administração a aplicação das penalidades previstas no instrumento convocatório, caso não aceitas as razões do pedido.

CLÁUSULA OITAVA - DAS PENALIDADES

a) A recusa injusta da adjudicatária em assinar o contrato, aceitar ou retirar o instrumento equivalente, dentro do prazo estabelecido pelo Município, caracteriza o descumprimento total da obrigação assumida, sujeitando-se às penalidades aqui previstas.

b) Pelo descumprimento total ou parcial da entrega dos equipamentos, a autoridade administrativa poderá, garantida prévia defesa, aplicar ao contratado as seguintes sanções:

- b.1) Advertência, que será aplicada através de notificação por meio de ofício, mediante contra recibo do representante legal da contratada estabelecendo o prazo de 05 (cinco) dias úteis para que a empresa licitante apresente justificativas para o atraso, que só serão aceitas mediante crivo da administração;
 - b.2) multa nas formas previstas no item c e d (desta cláusula);
 - b.3) rescisão de contrato;
 - b.4) suspensão do direito de licitar junto à Prefeitura Municipal de Canguçu, pelo prazo de até 02 (dois) anos;
 - b.5) declaração de inidoneidade para contratar ou transacionar com a Prefeitura Municipal de Canguçu.
- c) Será aplicada multa de 0,1% (um décimo por cento) do valor total do contrato, por dia de atraso e descumprimento das obrigações estabelecidas no presente edital, até o máximo de 10 (dez por cento), a ser recolhida no prazo máximo de 15 (quinze) dias contados da notificação oficial da contratada.
- d) Será aplicada multa de 10% (dez por cento) sobre o valor do contrato, no caso de inexecução total ou parcial do contrato, a ser recolhida no prazo máximo de 15 (quinze) dias contados da notificação oficial da contratada.

As multas serão descontadas dos pagamentos e, quando for o caso, cobradas judicialmente.

As sanções previstas nos itens b.1, b.3 e b.4 do edital poderão ser aplicadas juntamente com a do item b.2, facultada defesa prévia do interessado no prazo de 05 (cinco) dias úteis.

CLÁUSULA NONA - DA DOTAÇÃO ORÇAMENTÁRIA

As despesas provenientes deste Edital correrão por conta da dotação orçamentária a seguir:

ÓRGÃO
PREFEITURA MUNICIPAL DE CANGUÇU

CLÁUSULA DÉCIMA - DA FISCALIZAÇÃO DO CONTRATO:

10.1 - Fica responsável pela fiscalização deste contrato o **Sr. Eleandro Tessmer Bubolz**, cargo: Mecânico Especializado em Máquinas Pesadas, inscrito na matrícula 502332.

CLÁUSULA DÉCIMA PRIMEIRA – DAS DISPOSIÇÕES FINAIS:



MUNICÍPIO DE
CANGUÇU

CAPITAL DA AGRICULTURA FAMILIAR

11.1 – Integram o **presente contrato, a Ata de registro de preços nº 223/2022, o Edital de Pregão Eletrônico Nº 143/2022** e a proposta da empresa classificada em 1º lugar no certame supra numerado.

12.2 - Os casos omissos serão resolvidos de acordo com a Lei Federal 8666/93, alterada pela Lei Federal 8883/94, que não colidir com a primeira e nas demais normas aplicáveis. Subsidiariamente, aplicar-se-ão os princípios gerais de direito.

CLÁUSULA DÉCIMA SEGUNDA - DO FORO:

12.1 - As partes elegem o Foro da Comarca de Canguçu - RS, como único competente para dirimir quaisquer ações oriundas deste contrato.

E, por haverem assim pactuado, assinam, este instrumento em via de igual teor e forma.

Canguçu/RS, 14 de dezembro de 2023.

MARCUS VINÍCIUS MULLER PEGORARO
PREFEITO MUNICIPAL

JOAO ARI NIZOLLI SWENSON - ME
CONTRATADA